

ESTADO DE RONDÔNIA  
PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA

**COMISSÃO PERMANENTE DE ORÇAMENTO, FINANÇAS,  
CONTROLE EXTERNO, OBRAS, SERVIÇOS PÚBLICOS E  
INFRAESTRUTURA**

Projeto de Lei nº 174/2025

Autoria: EXECUTIVO MUNICIPAL

Assunto: “Autoriza abertura de crédito adicional especial por excesso de arrecadação de recursos vinculados a receita no valor de **R\$ 1.999.000,00 (um milhão, novecentos e noventa e nove mil reais)** -Secretaria Municipal de Saúde-construção de unidade básica de saúde no bairro São Cristóvão.

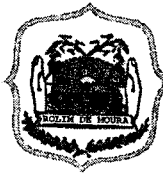
**PARECER  
VOTO DO RELATOR  
RELATÓRIO**

**1 – Relatório**

A presente análise deste relator se debruça sobre a constitucionalidade orçamentária do Projeto de Lei nº 174/2025, que propõe a autorização para a abertura de crédito adicional especial no valor de **R\$ 1.999.000,00 (um milhão, novecentos e noventa e nove mil reais)**.

Tal providência legislativa tem como escopo primordial viabilizar a construção de uma Unidade Básica de Saúde (UBS) no Bairro São Cristóvão, conforme detalhadamente delineado no Processo Administrativo nº 5516/2025 e no Memorando nº 323/SEMUSA/2025.

A fundamentação que embasa a proposição legislativa reside na ocorrência de excesso de arrecadação de recursos vinculados à receita, cujos valores serão devidamente alocados para a supramencionada obra de infraestrutura essencial à saúde pública.



**ESTADO DE RONDÔNIA  
PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA**

A documentação que instrui a presente demanda revela, de maneira inequívoca, que os recursos financeiros destinados à cobertura integral deste crédito adicional especial provêm do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), iniciativa fomentada pelo Governo Federal.

Nesse contexto, a Secretaria Municipal de Saúde (SEMUSA) apresentou a formal solicitação, motivada pela premente e inadiável necessidade de se expandir o acesso e, conseqüentemente, aprimorar a cobertura da atenção primária à saúde na comunidade do Bairro São Cristóvão.

Cumprir registrar que a Controladoria Geral do Município já emitiu parecer favorável à proposta, considerando a natureza federal e a destinação específica dos recursos oriundos do Novo PAC. Ademais, a Secretaria de Atenção Primária à Saúde (SAPS) procedeu à avaliação da matéria, manifestando-se de forma positiva, em estrita conformidade com as diretrizes e os regulamentos que regem o Programa de Requalificação de Unidades Básicas de Saúde.

A localização estratégica para a edificação da nova Unidade Básica de Saúde foi definida na Rua Afonso Pena, S/N – Lote 285, Quadra 168, situados no Bairro São Cristóvão.

A sustentação legal para a autorização e subsequente abertura do crédito adicional especial encontra seu alicerce no Art. 45 da Constituição do Município e no Art. 115 do Regimento Interno da Câmara Municipal, sem olvidar o imperativo cumprimento do preceito contido no Art. 43, § 1º, inciso II, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

É o relatório.

**2-FUNDAMENTAÇÃO.**



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PODER LEGISLATIVO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA**

**2.2- Do Cabimento de Crédito Adicional Especial por Excesso de Arrecadação.**

A presente análise jurídica debruça-se sobre a legalidade e a oportunidade da abertura de crédito adicional especial, conforme proposto pelo Projeto de Lei nº 174/2025, com o escopo de viabilizar a construção de uma Unidade Básica de Saúde no Bairro São Cristóvão, no Município de Rolim de Moura.

A sustentação normativa para tal iniciativa encontra-se alicerçada em dispositivos da Lei nº 4.320/1964, que dispõe sobre normas gerais de direito financeiro para a elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

A análise meritória do Projeto de Lei nº 174/2025, em sua redação e justificativa, observa-se que a propositura não padece de vícios, revelando sua constitucionalidade.

A Carta Magna, em seu artigo 165, § 8º, atribui ao Poder Legislativo a capacidade de deliberar sobre temas orçamentários, incluindo a autorização para a abertura de créditos adicionais, vejamos;

Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

§ 8º Os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária anual, ficarem sem despesas correspondentes poderão ser utilizados, conforme o caso, mediante créditos especiais ou suplementares, com prévia e específica autorização legislativa.

Como também confere na Carta Magna no Artigo 30 aos Municípios autonomia para legislar sobre assuntos de interesse local, prerrogativa que abrange a esfera orçamentária e financeira. A capacidade de planejar, executar e controlar o próprio orçamento é essencial para que o Município promova o desenvolvimento social e econômico de sua comunidade.

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PODER LEGISLATIVO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA**

III - instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei;

O Art. 40 da Lei nº 4.320/1964 conceitua créditos adicionais como autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento.

Em consonância com o preceito insculpido no Art. 43, § 1º, inciso II, da referida norma, o excesso de arrecadação configura uma das fontes de recursos aptas à abertura de créditos suplementares e especiais, sob a condição de que tais valores não estejam preexistente e legalmente comprometidos.

O § 3º do mesmo dispositivo legal define excesso de arrecadação como o saldo positivo das diferenças acumuladas, mês a mês, entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se a tendência do exercício financeiro.

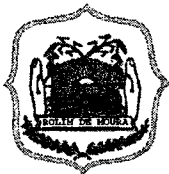
No cenário em apreço, o Projeto de Lei nº 174/2025 encontra seu fundamento precípua no aludido excesso de arrecadação, o que se alinha à permissibilidade legal.

A destinação dos recursos para a edificação de uma Unidade Básica de Saúde, equipamento de reconhecida essencialidade para a atenção primária à saúde, evidencia a relevância social e pública da despesa, justificando a imprescindibilidade de uma autorização orçamentária específica, que não se encontrava prevista ou foi satisfatoriamente contemplada na Lei de Orçamento vigente.

## **2.2- Da Natureza e Finalidade do Crédito Adicional Especial.**

Os créditos adicionais representam instrumentos de flexibilização orçamentária, habilitando o Poder Executivo a atender a despesas imprevistas ou insuficientemente prognosticadas.

De forma particular, o crédito adicional especial, tal qual o ora proposto, visa prover cobertura a despesas para as quais não houve dotação na Lei de Orçamento, como é o caso da construção de uma nova unidade de saúde.



**ESTADO DE RONDÔNIA  
PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA**

A Lei nº 4.320/1964, em seu Art. 41, inciso II, autoriza a abertura de créditos especiais para despesas que não possam ser abrigadas na classificação geral das despesas ordinárias.

A construção de uma UBS amolda-se perfeitamente a essa categoria, porquanto representa um acréscimo de infraestrutura pública com impacto direto na qualidade de vida e no acesso a serviços públicos essenciais para a coletividade.

44

**2.3- Da Autorização e Abertura do Crédito Adicional.**

Em conformidade com o Art. 42 da Lei nº 4.320/1964, os créditos suplementares e especiais são autorizados por lei e abertos mediante decreto executivo.

O Projeto de Lei em análise satisfaz o requisito de autorização legislativa, cabendo ao Poder Executivo, após a sanção e promulgação da lei, proceder à abertura do crédito por meio de decreto, especificando o montante, a modalidade e a classificação da despesa, conforme preconiza o Art. 46 da mesma norma.

O ato de abertura do crédito deve, ademais, ser imediatamente comunicado ao Poder Legislativo, conforme o Art. 44, aplicável a créditos extraordinários, norma que, por analogia e em prol da transparência administrativa, deve ser observada também para os créditos especiais.

**2.4- Da Vinculação de Receitas e a Aplicação de Recursos.**

A proposição legislativa explicita que os recursos destinados à cobertura do crédito adicional especial provêm do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal.

A vinculação de receitas, especialmente aquelas oriundas de programas federais, demanda atenção criteriosa para assegurar que sua aplicação esteja em harmonia com as normativas que regem tais programas e com os princípios basilares da administração pública.



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PODER LEGISLATIVO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA**

O Art. 72 da Lei nº 4.320/1964 estabelece que a aplicação de receitas vinculadas a fundos especiais ou a planos específicos deve ocorrer por meio de dotação consignada na Lei de Orçamento ou em créditos adicionais.

No presente caso, os recursos do PAC, ainda que vinculados à área da saúde, deverão ser devidamente alocados no orçamento municipal através do crédito adicional especial, garantindo o devido controle e a transparência na gestão.

A análise da documentação que instrui o presente expediente indica que os recursos são especificamente destinados a investimentos em infraestrutura de saúde, o que reforça a adequação de sua aplicação na construção da referida UBS.

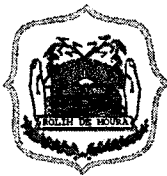
Feito as devidas observações do presente parecer segue-se para a conclusão.

**3-CONCLUSÃO.**

Em face do exposto, **este Relator da COMISSÃO PERMANENTE DE ORÇAMENTO, FINANÇAS, CONTROLE EXTERNO, OBRAS, SERVIÇOS PÚBLICOS E INFRAESTRUTURA** manifesta parecer **FAVORÁVEL À APROVAÇÃO** face à constitucionalidade do artigo 30 da CF/88 e à legalidade da Lei nº 4.320/64, no que tange ao **Projeto de Lei nº 174/2025**, que destina a Secretaria Municipal de Saúde, com base no excesso de arrecadação de recursos vinculados à receita, para a construção da unidade básica de saúde do bairro são Cristóvão, no crédito no valor de **R\$ 1.999.000,00 (um milhão, novecentos e noventa e nove mil reais)** - por entender a fundamental relevância na melhoria do sistema de saúde.

Este é o Voto/Parecer S.M.J.

Sala das Comissões, 13 outubro de 2025.



**ESTADO DE RONDÔNIA  
PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA**

**EDERSON ANDRADE DE ALBUQUERQUE**  
Relator

**De Acordo**

**JANETE LINS**

**MARCO ANTONIO**